COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI N.º 1.353, DE 1999

(Apensados os Projetos de Lei nºs 2751, de 2000; 2.858, de 2000; 7.223, de 2002; 7.141, de 2006; 7.622, de 2006; 140, de 2007; 1.655, de 2007 e 2.909, de 2008)

Modifica a redação do art. 10 e revoga o art. 8º da Lei nº 9.034, de 03 de maio de 1995 – Lei do Crime Organizado.

Autor: Deputado Luiz Antonio Fleury

Relator: Deputado Alexandre Silveira

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.353/99, de autoria do então Deputado Luiz Antonio Fleury, propõe a revogação do Artigo 8º bem como nova redação ao Artigo 10 da Lei nº 9.034/95. O primeiro estipula prazo para encerramento da instrução criminal, sendo de 81 (oitenta e um) dias quando o réu estiver preso e de 120 (cento e vinte) dias, quando solto. Já o segundo estipula que, aos eventuais condenados pelos crimes decorrentes de organização criminosa, o

regime de cumprimento de pena será o inicialmente fechado.

Justificou o Autor, de forma resumida, que a proposição tem por objetivo eliminar contradição entre o artigo 10 da Lei das Organizações Criminosas e o § 1º do Artigo 2º da Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.172/90), nada aduzindo sobre os fundamentos da revogação do Artigo 8º daquele dispositivo.

Posteriormente, foram apensadas ao Projeto as seguintes proposições:

- PL 2.751/2000 de autoria do Deputado Alberto Fraga, que tipifica a figura do crime organizado, qualificando-o como hediondo;

- PL 2.858/2000 de autoria do Poder Executivo Federal, criando a figura penal da organização criminosa;

- PL 7.223/2002 de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, conceituando a expressão organização criminosa e aumentando a pena para o crime do artigo 288 do Código Penal (Formação de Quadrilha);

- PL 7.141/2006 de autoria do Deputado Betinho Rosado, majorando a reprimenda para o crime de tráfico de drogas e fixando o regime inicialmente fechado para os condenados neste crime;

- PL 7.622/2006 apresentado pela CPI destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas e tipificando o crime de organização criminosa;

- PL 140/2007 do Deputado Neucimar Fraga, que também busca tipificar o crime de Organização criminosa e estabelece normas para o procedimento investigatório e judicial;

- PL 1.655/2007 do Deputado Geraldo Resende que acresce o Artigo 288-A ao Código Penal para criar a figura do crime de organização criminosa;

- PL 2.909/2008 do Deputado Sabino Castelo Branco que majora a pena para o crime de formação de quadrilha.

Distribuída a proposição principal a esta Comissão, por força das disposições regimentais do Artigo 32, foi designado Relator o nobre Deputado Alexandre Silveira que apresentou seu parecer pela aprovação do projeto principal, bem como dos 08 (oito) apensados, nos termos do substitutivo de sua autoria.

É o Relatório.

II - VOTO

A definição de organização criminosa é recente em nosso sistema jurídico e ocorreu com a ratificação pelo Brasil da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo) por meio do Decreto nº 5.015/2004.

Nos termos da Convenção citada, organização criminosa seria um *“grupo estruturado de 3 ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material.”*

Não obstante esta definição legal, é sabido que não há no nosso sistema jurídico a figura penal de organização criminosa, não tendo a Lei que ora se pretende alterar incursionado nesta seara, mas tão somente estabelecido alguns procedimentos investigatórios e processuais na apuração de eventuais crimes praticados por organização criminosa.

A ausência da definição de um tipo penal para punir esta conduta tem trazido graves problemas aos órgãos envolvidos com a persecução criminal, posto que não raro a atuação de integrantes de organizações criminosas

tem sido subsumida penalmente no Artigo 288 do Código Penal, que não reprime de maneira eficaz a criminalidade organizada.

Urge, então, que se defina e se crie a figura penal para este crime que vem causando graves danos à sociedade brasileira e que praticamente tem restado impune em razão de sua atipicidade penal.

Trilhando este caminho, o nobre Relator ofereceu definição típica, na forma de substitutivo, para o crime de organização criminosa, com a seguinte redação:

“Art. 288-A. Associarem-se três ou mais pessoas, em grupo organizado, de forma estruturada, com divisão de tarefas e continuidade de propósitos, valendo-se de violência, intimidação, corrupção, fraude ou de outros meios assemelhados, para conseguir para si ou para outrem vantagem indevida de qualquer natureza e cometer crime cuja pena cominada seja igual ou superior a quatro anos.”

Foi proposta, ainda, uma sanção penal de reclusão de 06 (seis) a 10 (dez) anos e multa, com a qual concordamos por entender ser suficiente para os efeitos reconhecidos da sanção penal, a saber: preventivo e retributivo.

Além da definição típica do que seja uma organização criminosa, o ilustre Relator também se posicionou favoravelmente à revogação do Artigo 8º da Lei nº 9.034, com o que também concordamos plenamente. Isto porque, a fixação de prazo legal para a realização da instrução criminal tem muitas vezes trazido como consequência a revogação de medidas cautelares no âmbito de investigações e processos penais complexos, tais como prisões preventivas, seqüestros, arrestos, pelo simples excesso de prazo, muitas vezes beneficiando criminosos da mais alta periculosidade.

Outra alteração acolhida no parecer do ilustre Relator está representada pela inclusão de uma alínea ao Artigo 1º da Lei 7.960/89 (Prisão Temporária) para acrescer ao rol de crimes passíveis de prisão temporária o de

organização criminosa. A medida certamente é necessária e decorre da própria criação da figura penal em questão. A dificuldade na obtenção de elementos probatórios em investigações envolvendo organizações criminosas bem estruturadas está a demonstrar a necessidade desta alteração.

No entanto, com relação à redação do tipo penal de organização criminosa, acreditamos que a definição típica desta conduta deva ser mais bem delineada no presente projeto, sob pena de se inviabilizar sua aplicação pelas autoridades envolvidas com a persecução penal, seja na fase inquisitorial seja na processual ou judicial.

A elaboração de tipos penais já se constitui por si só tarefa de extrema complexidade e, por isso mesmo, deve ser realizada da forma mais clara e inteligível possível, até mesmo em respeito aos princípios constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal.

Neste sentido, muito embora a definição do crime de organização criminosa apresentado no substitutivo do nobre Relator contenha os elementos da definição clássica de organização criminosa, entendemos que algumas expressões não precisam integrar o tipo penal, sob pena de se inviabilizar sua aplicação pelos operadores do direito penal aos casos concretos.

Inicialmente, creio que se deva extrair da definição apresentada pelo ilustre Relator a expressão “(...) *valendo-se de violência, intimidação, corrupção, fraude ou de outros meios assemelhados...*”.

A delimitação do rol de condutas objetivas porventura utilizadas pelos agentes da organização para a consecução do fim visado, seguida de uma expressão genérica “ *ou de outros meios assemelhados..*” ao mesmo tempo em que restringe por demais a adequação típica da conduta, já que descreve de forma taxativa os meios utilizados, abre espaço para eventuais exageros, pois deixa ao crivo do aplicador do direito penal a inclusão de outros meios de atuação, de forma até mesmo indiscriminada.

Também a expressão seguinte “... *para conseguir para si ou para outrem vantagem indevida de qualquer natureza...*”, não deve, a meu ver, compor a figura penal sob análise.

Verdadeiramente, o que move as organizações criminosas certamente é o interesse econômico, o lucro para ser mais preciso, e, por ser esta a finalidade precípua das mesmas, não há a menor necessidade de que isto conste do tipo penal, já que tal finalidade é inerente às condutas praticadas pelos integrantes do ente organização criminosa.

Prosseguindo, também entendemos que a delimitação de aplicação do tipo penal apenas para os crimes cuja sanção cominada abstratamente seja igual ou superior a quatro anos restringe por demais a aplicação da figura penal ora construída, além do que não houve definição, na redação sugerida no parecer, se a pena considerada abstratamente seria a mínima ou a máxima.

Veja-se, por exemplo, que a maioria dos crimes previstos na Lei nº 7.492/86 (Lei dos Crimes de Colarinho Branco), que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, prevê sanções com penas mínimas inferiores a 04 (quatro) anos.

Prevalecendo este entendimento, crime grave como o de evasão de divisas, por exemplo, cuja sanção abstratamente cominada prevê uma pena mínima de 02 anos de reclusão, não seria alcançado pela norma penal que ora se pretende criar, muito embora seja em sua grande maioria praticado por verdadeiras organizações criminosas, movidas é claro pelo lucro excessivo que estas condutas geram.

Logo, sugerimos que a redação seja alterada para permitir que todo e qualquer crime cuja pena máxima seja igual ou superior a 04 (quatro) anos possa configurar o tipo penal do crime de organização criminosa.

Um tipo penal que contenha apenas os elementos mínimos configuradores de uma organização criminosa, já bastante delineados

internacionalmente, é a melhor forma de se munir os aplicadores do direito penal de ferramenta útil para o combate a esta modalidade criminosa. Isto é o suficiente para diferenciar-se organização criminosa de uma simples quadrilha ou bando nos termos do artigo 288 do Código Penal.

Pelo exposto, o parecer é pela aprovação **dos Projetos de Lei nºs 1.353/99, 2.751/00, 2.858/00, 7.223/02, 7.141/06, 7.622/06, 140/07, 1.655/07 e 2+909/08**, nos termos do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 19 de agosto de 2009.

Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.353, DE 1999

(Apensados os Projetos de Lei nºs 2.751, de 2000; 2.858, de 2000; 7.223, de 2002; 7.141, de 2006 ; 7.622, de 2006; 140, de 2007; 1.655, de 2007; e 2.909, de 2008)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Organização Criminosa

Art. 288-A. Associarem-se três ou mais pessoas, em grupo organizado, de forma estruturada, com divisão de tarefas e continuidade de propósitos, para o fim de cometer crime cuja pena máxima cominada seja igual ou superior a quatro anos.

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos e multa.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de um terço à metade se o agente promove, institui, financia ou chefia a organização criminosa.”

Art. 2º. O inciso III do art. 1º, da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

“Art. 1º.....;

III -.....;

p) organização criminosa (art. 288-A do Código Penal).(NR)

Art. 3º. O art. 1º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Esta Lei define e regula meios de prova e procedimentos investigatórios que versarem sobre crime resultante de ações de quadrilha ou bando ou de organização criminosa (arts. 288 e 288-A do Código Penal).” (NR).

1995; Art. 4º. Revoga-se o art. 8º da Lei nº 9.034, de 03 de maio de

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 19 de agosto de 2009.

Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA